

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015.

(Do Sr. Rubens Pereira Junior)

Altera o art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59

Parágrafo único – Não pode ser considerada, visando à valoração negativa dos antecedentes, da conduta social e da personalidade do agente, a existência de inquéritos policiais e processos criminais em andamento, bem como de condenações ainda sem trânsito em julgado” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ultrapassados mais de 30 (trinta) anos da reforma da Parte Geral do Código Penal, efetivada pela Lei nº 7.209/1984, vislumbra-se a necessidade de seu contínuo aperfeiçoamento, especialmente quando algumas disposições não são suficientes para garantir o respeito à Constituição Federal de 1988.

Exemplo da aludida insuficiência é o art. 59 do Código Penal, que prevê as circunstâncias judiciais que devem ser analisadas pelo magistrado na ocasião de definir a pena aplicável dentre as cominadas, respeitando os limites previstos, o regime inicial do cumprimento de pena privativa de liberdade e, se for o caso, a substituição desta última por outra espécie de pena, por exemplo.

Isto porquanto hodiernamente se verifica, em grande medida, que tem sido levada em consideração, para a valoração negativa dos antecedentes, da conduta social e da personalidade do agente (todas circunstâncias judiciais previstas no dispositivo supramencionado), a existência de inquéritos policiais e processos criminais em andamento, além de condenações ainda sem trânsito em julgado, violando flagrantemente o princípio constitucional da presunção de não culpabilidade (art. 5º, LVII).

Cumpre pontuar que tal matéria já foi submetida à apreciação dos tribunais superiores, sendo o referido entendimento uníssono tanto no Superior Tribunal de Justiça (o qual já editou a Súmula nº 444: “é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base”) quanto no Supremo Tribunal Federal (RE nº 591.054, Tribunal Pleno; HC nº 68.465, 1ª Turma; e HC nº 97.665, 2ª Turma). Porém, o mencionado desrespeito à norma constitucional continua sendo amplamente repetido.

Dessa forma, entende-se imprescindível que o Código Penal vede expressamente a valoração negativa dos antecedentes, da conduta social e da personalidade do agente com fundamento na existência de inquéritos policiais, processos criminais em andamento e condenações sem trânsito em julgado.

A referida medida, inclusive, acarretará uma menor demanda aos tribunais superiores, que se veem todo dia assoberbados com a análise desses casos que desejam a revisão da pena imposta, por contrariar o entendimento já firmado quanto à interpretação do art. 59 do Código Penal.

Ante o exposto, peço apoio na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado Rubens Pereira Junior